



CÓD: OP-040DZ-21
7908403515042

MONTE FORMOSO

**PREFEITURA DE MONTE FORMOSO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Pedagogo

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2021

Português

1. Noção de gênero e tipos textuais. Leitura, compreensão e interpretação de texto de variados gêneros tanto da modalidade escrita; como artigo de opinião, reportagem, parábolas, manifestos etc.; Como na modalidade falada; transcrições de telefonemas, conversações e bate papos. Tipologias textuais e suas estruturas gramaticais predominantes: narração, descrição, argumentação, exposição e injunção. Texto e contexto. Semântica - valor que a palavra adquire no contexto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Linguagem denotativa e conotativa. Figuras e vícios de linguagem. Variantes linguísticas. Linguagem oral e linguagem escrita. Formal e informal; gíria. Fatores de textualidade: intencionalidade, informatividade, intertextualidade, aceitabilidade, situacionalidade, coesão e coerência	01
2. Sílabas = separação silábica, classificação das palavras quanto ao número de sílaba e sílaba tônica	21
3. Acentuação = acento agudo, circunflexo e grave; regras de acentuação	22
4. Ocorrência da crase	22
5. Encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo	23
6. Ortografia	23
7. Pontuação = empregar corretamente: pontofinal, ponto-e-vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, dois-pontos, reticências, aspas, parênteses, colchete e vírgula	23
8. Morfologia: estrutura e formação de palavras. Classes de palavras – função, uso e flexões: substantivos = tipos de substantivos, flexão dos substantivos em gênero, número e grau; artigos = definidos e indefinidos; adjetivos = classificação dos adjetivos, flexão dos adjetivos, adjetivos pátrios e locução adjetiva; verbos = flexões do verbo: modo, tempo, número, pessoa e vozes verbais. Pronomes = pessoais do caso reto, oblíquo e de tratamento, indefinido, possessivo, demonstrativo, interrogativo, relativo; numerais = flexão dos numerais e emprego; preposições; conjunções; interjeições; advérbios.	25
9. Sintaxe: frases: tipos de frase; oração; período simples e composto por coordenação e subordinação; termos da oração = sujeito (tipos de sujeito) e predicado (tipos de predicado); complementos verbais e complementos nominais; aposto; vocativo; adjunto adnominal e adjunto adverbial.	33
10. Concordância nominal e verbal	36
11. Regência nominal e verbal	38
12. Colocação pronominal	39
13. Funções das palavras que e se	39
14. Novo acordo ortográfico da língua portuguesa	40

Matemática

1. Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades. Expressões numéricas	01
2. Razão e proporção	10
3. Porcentagem	11
4. Regra de três simples	13
5. Juros simples – juros, capital, tempo, tarifas e montante	14
6. Equação de 1º grau	16
7. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade	19
8. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	21
9. Raciocínio lógico. Resolução de situações problema	25

Conhecimentos Específicos Administrador

1. Reflexão crítica sobre a Supervisão Pedagógica	01
2. Relação entre Supervisor Pedagógico X Professores. A postura ética na ação educacional do profissional de Supervisão Escolar	03
3. Fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem	09
4. A integração do trabalho do supervisor escolar com os demais profissionais envolvidos no sistema: a participação do profissional no aperfeiçoamento das equipes escolares	03
5. As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas. Organização e orientação do processo ensino-aprendizagem	18
6. Desenvolvimento e aprendizagem: as contribuições de Piaget e de Vygotsky	19
7. Planejamento como instrumento da praxis pedagógica: níveis de planejamento	24
8. Plano de ensino-aprendizagem: estrutura, seleção, criação, organização dos conteúdos e da metodologia	26
9. Relação professor aluno	28
10. Os grupos sociais na escola: integração, controle e disciplina	32
11. Projeto Educativo: conceito e metodologia de elaboração	34

ÍNDICE

12. Avaliação escolar: finalidade, avaliação x concepção de educação	38
13. A didática em diferentes correntes pedagógicas	39
14. O professor como sujeito histórico de transformação. A construção do conhecimento x postura do professor	40
15. Princípios e fundamentos dos parâmetros curriculares nacionais: objetivos gerais do ensino fundamental, avaliação e orientações didáticas	42
16. Gestão democrática da escola como fator de melhoria da qualidade de ensino	44
17. A elaboração do currículo e as concepções curriculares	45
18. Ética profissional	57
19. A democratização da escola: autonomia, autogestão, participação e cidadania	59
20. Políticas Educacionais Brasileiras para a Educação Básica	60
21. A Legislação Federal e os PCNs. Currículo como construção sócio-histórica. Planejamento, execução e avaliação das ações na escola. Acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação dos alunos. O Cotidiano Escolar: o educador, o educando e suas relações	63
22. Direito à educação constituído na legislação brasileira	63
23. A identidade profissional do especialista em educação	64
24. A ação do pedagogo e o projeto político – pedagógico da escola	66
25. As concepções de aprendizagem, currículo e avaliação no contexto escolar	67
26. Parâmetros Curriculares Nacionais	42
27. Pedagogia da inclusão	70
28. A importância do especialista em educação nos órgãos colegiados	76
29. O processo pedagógico: planejamento, desenvolvimento e avaliação	78
30. LDB nº 9394/96 de 20/12/1996	84
31. Diretrizes Curriculares Nacionais e suas legislações. Resolução CNE/CP Nº 1 de 15/05/2006 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia	99

NOÇÃO DE GÊNERO E TIPOS TEXTUAIS. LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO DE VARIADOS GÊNEROS TANTO DA MODALIDADE ESCRITA; COMO ARTIGO DE OPINIÃO, REPORTAGEM, PARÁBOLAS, MANIFESTOS ETC.; COMO NA MODALIDADE FALADA; TRANSCRIÇÕES DE TELEFONEMAS, CONVERSÇÕES E BATE PAPOS. TIPOLOGIAS TEXTUAIS E SUAS ESTRUTURAS GRAMATICAIS PREDOMINANTES: NARRAÇÃO, DESCRIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO, EXPOSIÇÃO E INJUNÇÃO. TEXTO E CONTEXTO. SEMÂNTICA - VALOR QUE A PALAVRA ADQUIRE NO CONTEXTO, SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS E HOMÔNIMOS. LINGUAGEM DENOTATIVA E CONOTATIVA. FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM. VARIANTES LINGÜÍSTICAS. LINGUAGEM ORAL E LINGUAGEM ESCRITA. FORMAL E INFORMAL; GÍRIA. FATORES DE TEXTUALIDADE: INTENCIONALIDADE, INFORMATIVIDADE, INTERTEXTUALIDADE, ACEITABILIDADE, SITUACIONALIDADE, COESÃO E COERÊNCIA

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Identificando o tema de um texto

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que elealaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO

Fato

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode ser uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

Níveis de Linguagem

Definição de linguagem

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo da idade, cultura, posição social, profissão etc. A maneira de articular as palavras, organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

Língua escrita e língua falada

A língua escrita não é a simples reprodução gráfica da língua falada, por que os sinais gráficos não conseguem registrar grande parte dos elementos da fala, como o timbre da voz, a entonação, e ainda os gestos e a expressão facial. Na realidade a língua falada é mais descontrainda, espontânea e informal, porque se manifesta na conversação diária, na sensibilidade e na liberdade de expressão do falante. Nessas situações informais, muitas regras determinadas pela língua padrão são quebradas em nome da naturalidade, da liberdade de expressão e da sensibilidade estilística do falante.

Linguagem popular e linguagem culta

Podem valer-se tanto da linguagem popular quanto da linguagem culta. Obviamente a linguagem popular é mais usada na fala, nas expressões orais cotidianas. Porém, nada impede que ela esteja presente em poesias (o Movimento Modernista Brasileiro procurou valorizar a linguagem popular), contos, crônicas e romances em que o diálogo é usado para representar a língua falada.

Linguagem Popular ou Coloquial

Usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos esta dos emocionais etc.

A Linguagem Culta ou Padrão

É a ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É usada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações. Está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Gíria

A gíria relaciona-se ao cotidiano de certos grupos sociais como arma de defesa contra as classes dominantes. Esses grupos utilizam a gíria como meio de expressão do cotidiano, para que as mensagens sejam decodificadas apenas por eles mesmos.

Assim a gíria é criada por determinados grupos que divulgam o palavreado para outros grupos até chegar à mídia. Os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, propagam os novos vocábulos, às vezes, também inventam alguns. A gíria pode acabar incorporada pela língua oficial, permanecer no vocabulário de pequenos grupos ou cair em desuso.

Ex.: “chutar o pau da barraca”, “viajar na maionese”, “galera”, “mina”, “tipo assim”.

Linguagem vulgar

Existe uma linguagem vulgar relacionada aos que têm pouco ou nenhum contato com centros civilizados. Na linguagem vulgar há estruturas com “**nóis vai, lá**”, “**eu di** um beijo”, “**Ponhei** sal na comida”.

Linguagem regional

Regionalismos são variações geográficas do uso da língua padrão, quanto às construções gramaticais e empregos de certas palavras e expressões. Há, no Brasil, por exemplo, os falares amazônico, nordestino, baiano, fluminense, mineiro, sulino.

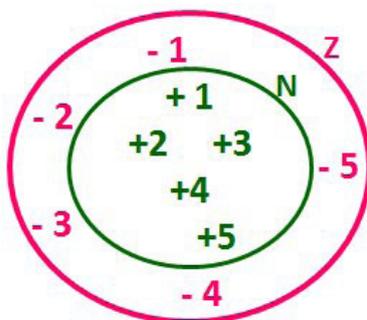
Estruturação do texto e dos parágrafos

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. NÚMEROS RACIONAIS, REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E DECIMAL: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES. EXPRESSÕES NUMÉRICAS

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



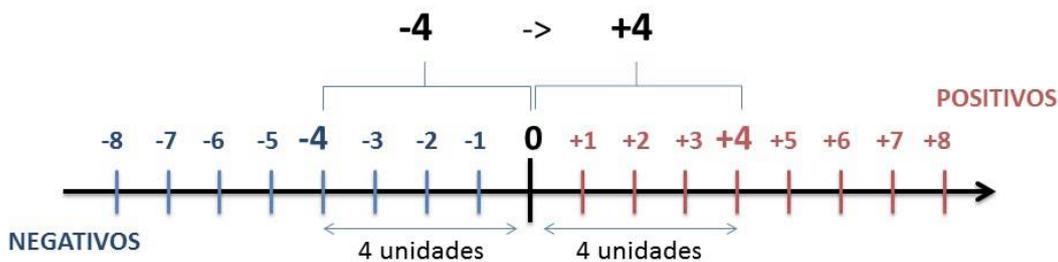
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: 8.2 = 16 cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

52 - 16 = 36 cm de altura de livros de 3 cm

36 : 3 = 12 livros de 3 cm

O total de livros da pilha: 8 + 12 = 20 livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência *aⁿ* do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

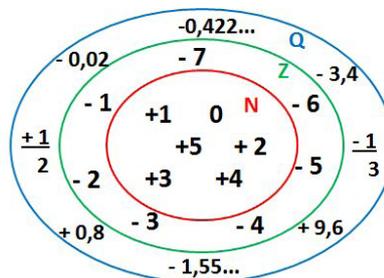
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado.

Ex.:
 $0,035 = 35/1000$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

$$0,58333\dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos (58) Período com 1 algarismo (3) 2 algarismos zeros (00) 1 algarismo 9 (9)

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

No atual contexto da educação brasileira, cresce a importância do supervisor educacional, que representa uma das pessoas que procura direcionar o trabalho pedagógico na escola em que atua para que se efetive a qualidade em todo o processo educacional. Sabe-se que o Supervisor Escolar é um servidor especializado em manter a motivação do corpo docente, deve ser um idealista, definindo claramente que caminhos tomar, que papéis se propõe a desempenhar, buscando constantemente ser transformador, trabalhando em parceria, integrando a escola e a comunidade na qual se insere. É nessa moldura que o presente artigo caracteriza a função do supervisor no contexto social, político e econômico da Educação.

Um dos assuntos mais polêmicos da atualidade e que vem sendo amplamente discutido é a educação, no seu sentido de formação humana. Educar é uma tarefa que exige comprometimento, perseverança, autenticidade e continuidade. As mudanças não se propagam em um tempo imediato, por isso, as transformações são decorrentes de ações. No entanto, as ações isoladas não surgem efeito. É preciso que o trabalho seja realizado em conjunto, onde a comunidade participe em prol de uma educação de qualidade baseada na igualdade de direitos.

Com base em tais considerações, o supervisor escolar representa um profissional importante para o bom desempenho da educação escolar, o grupo escolar, o qual deve opinar, expor seu modo de pensar e procurar direcionar o trabalho pedagógico para que se efetive a qualidade na educação. Na atualidade o supervisor se direciona para uma ação mais científica e mais humanística no processo educativo, reconhecendo, apoiando, assistindo, sugerindo, participando e inovando os paradigmas, pois tem sua “especialidade” nucleada na conjugação dos elementos do currículo: pessoas e processos. Desse modo, caracteriza-se pelo que congrega, reúne, articula, enfim soma e não divide.

Neste contexto, compreender e caracterizar a função supervisora no contexto educacional brasileiro não ocorre de forma independente ou neutra. Essa função decorre do sistema social, econômico e político e está relacionada a todos dos determinantes que configuram a realidade brasileira ou por eles condicionada.

O desenvolvimento da sociedade moderna representa motivos de muita reflexão, principalmente pelo fato de que a área educacional possui muitos problemas e que diretamente vinculam-se as demais atividades sociais visto que são tais profissionais que irão atuar junto ao mercado de trabalho.

Existe uma preocupação com a formação humana e com a forma com que o educando vem obtendo o conhecimento científico. Acredita-se na viabilidade de fazer do ambiente escolar um espaço construtivo, que desperte o interesse do educando para aprender e fazer do professor um mediador do saber.

Trata-se de ignorar as velhas práticas educacionais e acreditar na possibilidade de construir uma sociedade onde o homem tenha consciência do seu papel e da sua importância perante o grupo.

Santos e Haerter (2004:3) assinalam:

A necessidade de emprendermos tentativas de rompimento com verdadeiros “receituários” que todos nós professores tínhamos no sentido de “educar é assim”, “conhecimento é isso”, “é preciso cumprir o programa de conteúdos”, o que não nos causa estranhamento, uma vez que somos frutos de uma maneira bastante específica de ser, pensar, sentir e agir no mundo, identificada com a concepção cartesiana de conhecimento, que orientou e ainda orienta os conceitos e práticas relacionados à gestão e ao ensino na educação.

Acredita-se que se existem falhas no sistema educacional a melhor maneira de redimensionar o trabalho é assumir o compromisso de fazer do trabalho educacional uma meta a ser atingida por todos. Nessa busca incessante por uma nova postura de trabalho, o professor possui um papel fundamental, por isso, deve recuperar o ânimo, a sede e a vontade de educar e fazer do ensino uma ação construtiva. Deve agir como um verdadeiro aprendiz na busca pelo conhecimento e fazer desta ferramenta um compromisso social.

Diante das perspectivas de inovação o supervisor escolar representa uma figura de inovação. Aquele profissional que assume o papel fundamental de decodificar as necessidades, tanto da administração escolar, a fim de fazer com que sejam cumpridas as normas e como facilitador da atividade docente, garantindo o sucesso do aprendizado. Contudo, a ação supervisora tornar-se-á sem efeito se não for integrada com os demais especialistas em educação, (Orientador Escolar, Secretário Escolar e Administrador Escolar) respectivamente.

Medina (1997) argumenta que nesse processo, o professor e supervisor têm seu objeto próprio de trabalho: o primeiro, o que o aluno produz; e o segundo, o que o professor produz. O professor conhece e domina os conteúdos lógico-sistemizados do processo de ensinar e aprender; o supervisor possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem (alunos).

O que de forma alguma é admissível é manter as velhas políticas de submissão, onde toda a estrutura escolar submetia-se aos interesses da classe dominante. De certa forma, tem-se a impressão de ser esta uma postura radical. No entanto, busca-se uma escola cidadã, onde haja comprometimento com o ensino, com a aprendizagem, onde o professor seja valorizado enquanto profissional e onde o supervisor consiga desenvolver com eficiência a sua função. A nova realidade denota que a função do supervisor educacional assume um parecer diferente do que era conceituada na escola tradicional.

Conforme Freire (1998), a educação libertadora passou a inspirar novos conceitos que orientam uma nova sociedade baseada nos princípios de liberdade, de participação e de busca pela autonomia.

Passerino (1996:39) estabelece alguns conceitos fundamentais da educação libertadora, sendo que estes se tornam suporte desta nova concepção do supervisor educacional:

- Práxis via análise do cotidiano: é preciso olhar a realidade presente em sala de aula e os conceitos trazidos pela criança para refletir os métodos e modo como devem ser trabalhos no espaço escolar;
- Diálogo inclui conflito: o diálogo representa uma possibilidade de desenvolvimento das relações interpessoais de modo a permitir a análise e o desocultamento da realidade. Ser dialógico é permitir que cada educando exponha seu modo de pensar mesmo que este não seja coerente com a sua visão. Todavia para administrar os conflitos que podem ser gerados o professor precisa desenvolver uma série de dinâmicas em grupo;
- Conscientização a partir da dúvida e do questionamento: o supervisor deve atuar na dinamização de um clima de análise das rotinas da escola para que as mesmas possam ser confrontadas com as novas idéias que se almeja desenvolver. Convém destacar que o processo de desenvolvimento da consciência é lento e requer uma interpretação abrangente do todo;
- O método dialético supera a visão parcial: a aplicação do método dialético proporciona uma visão objetiva de toda a realidade permitindo a compreensão entre o velho e o novo. A partir destas o supervisor pode encaminhar estratégia concreta para a superação das dificuldades encontradas.

- Participação crítica para a transformação: a escola segundo a visão de educação libertadora, colabora para a emancipação humana à medida que garantem o conhecimento às camadas menos favorecidas da sociedade. Assim sendo, o supervisor, deve ser aquela pessoa que orienta e estimula a concretização de um projeto transformador sob o qual são elaborados esforços coletivos para a obtenção dos êxitos;

- Pela democracia, chega-se à liberdade: todo e qualquer trabalho desenvolvido pelo supervisor deve partir dos conceitos de liberdade e democracia, conceitos esses que serão desenvolvidos lentamente para que possa se efetivar a condição de mudanças sociais.

Para Passerino (1996:40), “o trabalho do supervisor educacional deve ser orientado pela concepção libertadora de educação, exige um compromisso muito amplo, não somente com a comunidade na qual se está trabalhando, mas consigo mesmo”. Trata-se de um compromisso político que induz a competência profissional e acaba por refletir na ação do educador, em sala de aula, as mudanças almeçadas. Todavia, a tarefa do supervisor é muito difícil de ser realizada, exige participação para a integração em sua complexidade.

Assim, descreve Gandin (1983:89), esta ação não é fácil, porque:

- Exige compromisso pessoal de todos;
- Exige abertura de espaços para a participação;
- Há necessidade de crer, de ter fé nas pessoas e nas suas capacidades;
- Requer globalidade (não é participação em alguns momentos isolados, mas é constante);
- Distribuição de autoridade;
- Igualdade de oportunidades em tomada de decisões;
- Democratização do saber.

No entanto, diante do exposto até aqui se conclui que a escola, como parte integrante da totalidade social, não é um produto acabado. É resultado, dos conflitos sociais que os trabalhadores vivem nas relações de produção, nas relações sociais e nas lutas de classe. É também fruto das lutas sociais pela escola como lugar para satisfazer a necessidade de conhecimentos, qualificação profissional, e de melhoria de suas condições de vida enquanto possibilita melhores empregos e o acesso a uma maior renda. Não se pode negar este direito aos trabalhadores, e, por isso, a escola pública, apesar dos pesares, é um espaço de Educação Popular.

Contudo, caracteriza Brandão (1999, em seu artigo):

A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros.

Para que a escola possa cumprir com este papel, será necessário investir na mudança de atitude do seu professor, do supervisor, no sentido de criar condições que favoreçam este elo, tendo como objetivo a valorização e a cultura do aluno e busque promover o diálogo com a cultura erudita. Sem dúvida, é imprescindível a presença do supervisor, como instigador da capacitação docente, destacando a necessidade de adquirir conhecimento e condições de enfrentar as dificuldades próprias de sua profissão, como também, estar preparado para administrar as constantes mudanças, no contexto escolar.

Ressaltando que a LDB, no seu capítulo IX afirma: “quando se fala em uma nova abordagem pedagógica (...) e avaliação contínua do aluno, tudo isto exige um novo tipo de formação e treinamento ou retreinamento de professores”.

Medina (1997) aduz que o supervisor, tomando como objeto de seu trabalho a produção do professor, afasta-se da atuação hierarquizada e burocrática - que sendo questionada por educadores, e passa a contribuir para um desempenho docente mais qualificado. Assim, torna-se desafio do professor a busca do conhecimento para poder encaminhar e articular o trabalho nas diferentes áreas; reflexões permanentes sobre os princípios que fundamentam os valores, objetivando a construção da cidadania no espaço escolar.

Neste sentido, o professor passa a ser visto como um elemento fundamental responsável pela construção da sociedade, tendo em vista resultados a curto, médio e longo prazo. A LDB no seu art. 22 afirma: “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Lembrando que a escola deve trabalhar a educação, de maneira a ajudar de forma intencional, sistemática, planejada e contínua para os alunos que a freqüentam. Esta educação deve ser diferente da forma como fazem as outras instituições como: a família, os meios de comunicação, o lazer e os outros espaços de construção do conhecimento e de valores para convivência social.

Deve, portanto, assumir explicitamente o compromisso de educar os seus alunos dentro dos princípios democráticos. Ela precisa ser um espaço de práticas sociais em que os alunos não só entrem em contato com valores determinados, mas também aprendam a estabelecer hierarquia entre valores, ampliam sua capacidade de julgamento e realizam escolhas conscientes, adquirindo habilidades de posicionar-se em situações de conflito.

De acordo com os PCNs (1997), como princípio, o espaço escolar caracteriza-se como um espaço de diversidade. O caráter universal do ensino fundamental, definido em lei, torna a escola um ponto de convergência de diversos meios sociais, traz para o seu seio os mais variados valores expressos na diversidade de atitudes e comportamentos das pessoas que a integram. Como instituição permanente, defronta-se com o desafio da constante mudança em seu interior. Coloca-se para a escola a questão de como enfrentar o conflito entre suas normas e regras e aqueles valores que cada um de seus membros traz consigo. Tal conflito traduz-se freqüentemente em problemas que, se não são novos, têm se tornado cada vez mais relevantes no espaço escolar, como, por exemplo, a indisciplina e a violência, portanto, a necessidade de problematizá-las na perspectiva de uma formação moral.

Logicamente o supervisor escolar, em suas ações, pode delinear o início de uma nova era educacional, onde haja mais coletividade e o ensino seja buscado com qualidade, priorizando o aluno e valorizando as experiências significativas.

Acredita-se que o Supervisor Escolar tem a possibilidade de transformar a escola no exercício de uma função realmente comprometida com uma proposta política e não com o cumprimento de um papel alienado assumido.

Deve antes de tudo, estar envolvido nos movimentos e lutas justas e necessárias aos educadores. Semear boas sementes, onde a educação se faz presente e acreditar veemente que estas surtirão bons frutos.

A caracterização da Supervisão precisa ser definida e assumida pelo Educador e pelo Supervisor. É uma opção que lhe confere responsabilidade e a tranqüilidade de poder. O Supervisor Educacional deverá ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detectar a realidade e daí gerar estratégias para a ação; deverá ser capaz de desenvolver e adotar esquemas conceituais autônomos e não dependentes, diversos de muitos daqueles que vem sendo empregados como modelo, pois um modelo de Supervisão não serve a todas as realidades.

O Supervisor possui uma função globalizadora do conhecimento através da integração dos diferentes componentes curriculares. Sem esta ação integradora, o aluno recebe informações soltas, sem relação uma das outras, muitas vezes inócua.

Para que o conhecimento ganhe sentido transformador para o aluno é necessário ter relação com a realidade por ele conhecida, e que os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento sejam referidos à totalidade de conhecimento.

Assim, acredita-se que uma das funções específicas do Supervisor Escolar é a socialização do saber docente, na medida em que há ela cabe estimular a troca de experiências entre os professores, a discussão e a sistematização de práticas pedagógicas, função complementada pelos órgãos de classe que contribuirá para a construção, não só de uma teoria mais compatível à realidade brasileira, mas também do educador coletivo.

Lembrando que não cabe ao supervisor impor critérios ou soluções, cabe-lhe sem dúvida, ajudar na construção da conscientização necessária da luta para uma educação libertadora.

RELAÇÃO ENTRE SUPERVISOR PEDAGÓGICO X PROFESSORES. A POSTURA ÉTICA NA AÇÃO EDUCACIONAL DO PROFISSIONAL DE SUPERVISÃO ESCOLAR. A INTEGRAÇÃO DO TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR COM OS DEMAIS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO SISTEMA: A PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL NO APERFEIÇOAMENTO DAS EQUIPES ESCOLARES

Fazer uma escola atingir bons resultados na aprendizagem dos estudantes e oferecer uma Educação de qualidade é uma responsabilidade complexa demais para ficar na mão de apenas uma pessoa. Por muito tempo, somente o professor foi responsabilizado por isso. Porém a sociedade foi percebendo que o profissional da sala de aula, sem a formação adequada e o apoio institucional, não é capaz de atingir sozinho os objetivos educacionais almejados. Dos anos 1970 para cá, uma série de pesquisas, realizadas principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, apontou que a atuação de outros atores também influencia no desempenho dos alunos. Entre eles, está a dos profissionais que compõem a equipe gestora da escola. São eles:

- o diretor, responsável legal, judicial e pedagógico pela instituição e o líder que garante o funcionamento da escola;
- o coordenador pedagógico, profissional que responde pela formação dos professores; e
- o supervisor de ensino, representante da secretaria de Educação que dá apoio técnico, administrativo e pedagógico às escolas, garante a formação de gestores e coordenadores e dinamiza a implantação de políticas públicas.

Como as diversas partes de um jogo de encaixe, essas funções se articulam formando um bloco coeso para garantir o sucesso da aprendizagem. "A gestão da Educação exige planejamento, estabelecimento de metas, manutenção de recursos e avaliação. Se essas bases não são estruturadas em comum, em especial por esse trio gestor, nunca existirá de fato uma rede de ensino.

Um trabalho em conjunto bem realizado leva a escola a bons resultados.

O relacionamento é tão mais estreito quanto melhor e mais efetiva for a atuação do supervisor nas diversas unidades de ensino. Entre os diversos papéis que ele desempenha, os mais estratégicos são monitorar a implantação e a continuidade de políticas públicas,

evitando que a rede perca o foco, acompanhar e apoiar o desenvolvimento do projeto político pedagógico das escolas e fazer a formação de diretores e coordenadores pedagógicos.

A função de cada um e o trabalho em conjunto

O **diretor** é o gestor escolar por excelência, aquele que lidera, gerencia e articula o trabalho de professores e funcionários em função de uma meta: a aprendizagem de todos os alunos. É ele quem responde legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados - essa última atribuição, a mais importante, é às vezes esquecida.

Já o **coordenador pedagógico** deve ser o especialista nas diversas didáticas e o parceiro mais experiente do professor. É ele quem responde por esse trabalho junto ao diretor, formando assim uma relação de parceria - e cumplicidade - para transformar a escola num espaço de aprendizagem. O que ocorre em muitos casos é que, sem formação adequada, ele acaba assumindo funções administrativas - e a formação permanente fica em segundo plano ou desaparece.

O **supervisor**, terceira peça do trio gestor, é o funcionário destacado pela Secretaria de Educação, geralmente um educador, para dar apoio às escolas e fazer a interface do Executivo com elas. As redes mais bem estruturadas dispõem de uma equipe de supervisores que divide responsabilidades e se articula para fazer a orientação dos diretores e apoiá-los nas questões do dia a dia, formar os coordenadores pedagógicos e os professores e garantir a implementação das políticas públicas, que são as orientações oficiais que dão unidade à rede.

A Atuação Do (A) Supervisor (A) Escolar Na Escola

O supervisor da escola de educação básica ocupa um lugar de destaque dentro desta estrutura organizacional, pois é responsável pela gestão e qualidade do processo pedagógico, influenciando direta ou indiretamente, o trabalho diário da equipe de professores. Atentando para essa responsabilidade que o supervisor traz consigo, qual seja a de liderar sua equipe tendo como principal função a de mediador e articulador de todo o processo ensino-aprendizagem dos alunos, vislumbramos um profissional que anseia por colocar em prática as teorias aprendidas nos cursos de formação, mas na maioria das vezes limitado pelo pouco tempo destinado às suas verdadeiras atividades, pois a maior parte deste é direcionada à resolução de questões burocráticas. Frequentemente observa-se uma separação entre a área administrativa e a área pedagógica das instituições escolares, sendo esta última relegada a segundo plano no rol das atribuições do supervisor escolar. Essa situação é vivenciada por nós, que no cotidiano das escolas públicas presenciamos a real atuação do supervisor escolar dentro da instituição, que está longe de ser a ideal. Diante deste quadro, este trabalho tem como objetivo analisar a legislação vigente que regulamenta a atividade do supervisor escolar, bem como identificar suas atribuições e sua atuação dentro da escola pública de educação básica, estabelecendo um paralelo entre a o plano legal e o real. A fim de contribuirmos com a construção da identidade do supervisor escolar para que possam transformar a sua postura de atuação dentro do ambiente escolar, passamos a analisar alguns pontos e a promover reflexões que forneçam subsídios para que realmente sejam efetivadas.

Supervisão Escolar

Origens do conceito de Supervisão

No início da industrialização, surgiu nas fábricas a função de supervisor, para controlar e melhorar a qualidade e quantidade da produção. Sua principal tarefa era de controlar a execução do

que havia sido planejado em todo o processo de trabalho. Desde as condições gerais dos operários até as condições que a empresa oferecia para a efetivação do trabalho. O operário nada mais era que uma força de trabalho e o objetivo era o lucro.

A palavra Supervisão é formada por vocábulos super (sobre) e visão (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer. Como significação do termo, pode-se dizer que significa olhar por cima, dando uma “ ideia de visão global “. (Giancaterino 2010)

Segundo Bittel (1982, p.5), o termo supervisor tem suas raízes no latim, onde significa “olhar por cima”.

Ainda Bittel (1982, p.4) “supervisor é qualquer pessoa no primeiro nível de gerenciamento que tem a responsabilidade de fazer com que seus supervisionados envolvidos na execução de um trabalho cumpram os planos e as políticas da gerência de nível mais elevado.”

Conceitos de Supervisão Escolar

Entre os vários autores que conceituam a supervisão escolar, destacamos alguns deles:

Nérici (p.28, 1976) “A Supervisão Escolar visa a melhoria do processo ensino aprendizagem, para o que tem de levar em conta toda a estrutura teórica, material e humana da escola”.

Ainda Nérici (1976) “Supervisão Escolar significa mais visão sobre todo o processo educativa, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola”.

Para Przybylski (p. 24, 1985) “Supervisão Escolar “ é o processo que por objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais, tendo em vista a unidade das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento do pessoal envolvido na situação ensino aprendizagem.

Para Libâneo (2010), a Supervisão educacional é responsável pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em articulação com os professores.

No começo do século XX, a supervisão passa a enfatizar os métodos para verificação do rendimento escolar e a estruturação de padrões de acompanhamento com o objetivo de melhorar o ensino.

A partir de 1970, com a Lei nº 5692/71 a função de supervisor educacional se tornou mais abrangente com inclusão dos serviços de assistência técnico-pedagógica e inspeção escolar.

Evolução histórica da concepção de supervisão escolar

Repensar a ação supervisora nas instituições escolares requer uma breve análise na linha do tempo, percorrendo fatos e conceitos da história da supervisão educacional, para entendê-la em suas origens e em seus avanços. No contexto brasileiro, a supervisão é uma profissão relativamente recente. O pressuposto do que vem a ser supervisão originou-se na indústria, relacionada com a produção. Antes de ser contemplada na educação, a supervisão era empregada na indústria como uma forma de melhoria da qualidade e da quantidade.

Assim, a supervisão escolar teve início aqui nas terras brasileiras, por meio de cursos promovidos pelo Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAAE), o qual foi o primeiro a formar supervisores escolares para atuarem no ensino elementar (primário) brasileiro. A finalidade era modernizar e melhorar a qualidade do ensino e a formação dos professores.

De acordo com Medina, uma das ideias contidas nos objetivos do PABAAE era:

Introduzir e demonstrar aos educadores brasileiros os métodos e técnicas utilizados na educação primária, promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio do estímulo

lo à iniciativa do professor, no sentido de contínuo crescimento e aperfeiçoamento .Criar, demonstrar e adaptar material didático e equipamento, com base na análise de recursos disponíveis no Brasil e em outros países, no campo da educação primária (MEDINA, 2002 apud PABAAE, 1964, p.4-5).

No ano de 1961, com a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - Lei 4.024 de 20/12/1961 nota-se que as transformações ocorridas no campo da supervisão foram retomadas para o “Ensino Primário”.

Contudo, a presença dos especialistas em supervisão no interior do sistema educacional, demonstra o reforço à divisão do trabalho na escola. Pode-se dizer que desde o ano de 1960 até os dias atuais, a supervisão tem sido incorporada pela eficiência, cooperação e pesquisa, com vistas ao desenvolvimento profissional do educador. A supervisão escolar requer meios que transformem o professor em um profissional cada vez mais consciente, eficiente e (co) responsável no processo educativo. Desde então, a supervisão educacional passou por três fases distintas, apresentadas a seguir.

Fase Fiscalizadora

Conforme diz Nérici (1978), este período da supervisão é considerado a fase em que há confusões com a inspeção escolar. A fase fiscalizadora é demarcada pela característica do supervisor direcionar o seu trabalho mais para a função técnica e administrativa. Tal ação era voltada para o cumprimento das leis de ensino, das condições do prédio, das situações legais dos docentes, do cumprimento das datas e prazos de atos escolares (provas, transferências, matrículas, férias, documentação dos educandos, dentre outros). Pode-se dizer que esta etapa da supervisão prioriza o seguimento de padrões rígidos e inflexíveis e esses segmentos eram os mesmos adotados por todo o país. Não havia respeito com as diferenças e individualidades de cada região, de cada instituição e de cada aluno.

Fase Construtiva

Esta modalidade da supervisão é conhecida por fase construtiva e/ou supervisão orientadora. A atuação do supervisor nesta fase sofre uma mudança significativa mediante a fase anterior. A supervisão orientadora é caracterizada por passar a ter reconhecimento de que é necessária uma melhoria na atuação dos professores. A partir de então, os especialistas em supervisão começaram a promover cursos de aperfeiçoamento e atualização dos professores.

Portanto, através destes cursos, conforme menciona Nérici (1978), era possível identificar os “erros” praticados na atuação do professor em sala de aula e, posteriormente, realizar trabalhos acerca dos próprios “erros” para tentar saná-los, buscando novos conceitos e metodologias.

Fase Criativa

Para Nérici (1978), a fase criativa é quando a supervisão passa a ser diferenciada e separada da inspeção escolar. A partir desta fase, a supervisão escolar passa a ter como principal finalidade o aprimoramento de todo o processo ensino-aprendizagem. Deve-se ressaltar que o papel do supervisor nessa fase é o de permitir que todos os envolvidos no âmbito educacional (professores, pais, alunos, funcionários em geral), participem ativamente de todas as decisões, no sentido de um trabalho cooperativo e democrático.

Supervisão Escolar Autocrática

A supervisão autocrática é aquela que prioriza a ação autoritária do supervisor, que determina todas as ordens, sugestões e direções para a melhoria do processo de ensino. Segundo Nérici (1978), esta forma de supervisão emite ordens e controla o seu cumprimento, funcionando como sendo capaz de encontrar soluções para todas as dificuldades, qual “repositório da sabedoria

didático--pedagógica". Esta forma de supervisão procura impor--se pela autoridade e pela intimidação, ao invés de captar a confiança e desenvolver a cooperação entre ele e o professor, não utilizando da possível cooperação entre as partes, sacrificando o seu espírito criador, dentre outras.

Supervisão Escolar Democrática

É notório o fato de a supervisão escolar democrática ser aquela em que a atuação do supervisor é baseada na liberdade de expressão, respeito, compreensão, e criatividade. O trabalho desenvolvido não é feito de forma impositiva, e sim, democrática, onde tomada de decisões envolve todos os responsáveis pelo processo educativo.

Novamente Nérici (1978), nos fala que o supervisor democrático caracteriza-se pela habilidade de respeitar a individualidade dos seus companheiros de trabalho, estimular a iniciativa e criatividade dos professores, e, aplicar possíveis normas de relações humanas, estimulando o espírito de grupo entre os protagonistas do processo ensino-aprendizagem.

Supervisão escolar: qual é o objeto de trabalho do supervisor (a) escolar?

Este questionamento nos convida para uma reflexão sobre as ações reais dos supervisores no interior da escola. Pode-se afirmar que há diversas e distintas concepções e paradigmas a respeito do ato da supervisão escolar, os quais instigam um estudo aprofundado. Mediante as "verdades absolutas" pertinentes à prática da supervisão, acentua-se a necessidade de compreender, mais amplamente o especialista em supervisão escolar.

A supervisão escolar é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático. O supervisor é um dos principais líderes do processo educativo, ou seja, é um dos grandes responsáveis pela melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Pode-se afirmar que o supervisor é concebido como um profissional que tem a função de "orientar e de dar assistência" aos educadores mediante todos os aspectos, sejam educacionais, pedagógicos, como também sociais. O papel primordial do supervisor escolar é o de ser o mediador e colaborador das atividades educativas desenvolvidas pelo professor. O supervisor é aquele que orienta, aprende e ensina, tornando-se um parceiro no processo educativo.

Como destaca Nérici, "A supervisão escolar visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem, para o que tem de levar em conta toda a estrutura teórica, material e humana da escola" (1978, p. 26).

Observa-se muitas vezes, que este profissional exerce apenas a função de cuidar da escola, seja no aspecto organizacional, administrativo ou gerencial, mas, além destas citadas anteriormente, a ação do supervisor não se limita à tarefa de ser um "gerente", mas também requer uma liderança pedagógica. Assim, é imprescindível que o supervisor saiba articular o administrativo com o pedagógico. Para que esta função seja efetiva, o especialista da área da supervisão deve ter pleno conhecimento da didática, para poder dar apoio aos professores. Segundo Vieira [2002], o supervisor pedagógico deve acompanhar a prática dos docentes de maneira que os ajudem a se tornarem os supervisores da sua própria prática, ambos em constante interação, diálogo e troca de experiências, para que possam assim, contribuir para um processo de ensino e aprendizagem significativo e contextualizado.

Tendo em vista que a supervisão requer o domínio da liderança para que possa conscientizar os envolvidos no âmbito educacional a desenvolverem uma educação de qualidade, esta função requer o pleno exercício de uma liderança educacional ativa, ética e em constante comunicação com todos os envolvidos. Vale lembrar mais

uma vez, que o ato de liderar não é mandar e somente chefiar, mas exercer as funções de liderança com as "habilidades" necessárias na busca de harmonizar o trabalho de forma cooperativa e harmoniosa.

A ação do supervisor deve propiciar que os objetivos da educação sejam alcançados e para isso, o supervisor deve criar as condições para esta efetivação, buscando sempre se aprimorar no embasamento teórico e prático, de forma diferenciada e inovadora.

Etapas da Supervisão Escolar

De acordo com Nérici (1978), a atuação do supervisor escolar se desenvolve por meio de três etapas: planejamento, acompanhamento e controle.

O planejamento é o ato de elaborar um "roteiro" de tudo que será realizado no período letivo, seja semestral ou anual. É necessário dizer que planejar significa analisar uma dada realidade, refletir sobre as condições existentes, e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades buscando alcançar os objetivos propostos.

Este planejamento deve ser composto por um conteúdo objetivo e flexível, para que possa ser ajustado com as necessidades que surgirem no cotidiano escolar. Alguns aspectos relevantes deste planejamento, como lembram Nérici (1978), são: determinar ou reformular o currículo, organizar o calendário escolar, prever diversos tipos de reuniões, prever cooperação na elaboração dos planos de ensino e das normas de verificação e avaliação da aprendizagem, refletir sobre a vida disciplinar da escola, levantamento da realidade dos alunos e do meio, selecionar métodos e técnicas de supervisão contextualizadas, dentre outras.

Já a etapa de acompanhamento o supervisor deve analisar diariamente se todos os planejamentos estão sendo executados com eficiência. Esta etapa propicia que o especialista observe a atuação e o desempenho dos educadores, para posteriormente, orientá-los e coordená-los.

A atividade profissional executada pelo acompanhamento deve ser realizada durante todo o período letivo. Tal ação permite que o supervisor faça replanejamentos, quando for preciso.

Já a etapa de controle, é aquela fase da atividade da supervisão, em que se efetua uma análise acerca dos resultados obtidos. O intuito desta fase é prevenir desvios, retificações e alterações buscando atender às necessidades da escola, do professor, do aluno e da comunidade.

Esta etapa tem como característica avaliar o rendimento escolar observar a mudança de comportamento dos educandos, tratar e analisar os dados obtidos e recomendar meios para sanar as deficiências levantadas em todo o processo.

Funções da Supervisão escolar

Com o decorrer do tempo, percebe-se que a função do supervisor escolar sofreu diversas mudanças significativas, passando por distintos perfis, tais como o de fiscalizador, controlador espontâneo, inspetor e atualmente, tem-se a visão do supervisor como parceiro e companheiro do trabalho pedagógico. A função primordial é de orientar para a ação educativa abrangente, dentro dos princípios legais e de formação integral.

Partindo do princípio de que as funções da supervisão são múltiplas e significativas, faz-se necessário destacar algumas delas conforme Brigs e Justman [19--?] *apud* Nérici (1978, p. 42-43), que são:

* Ajudar os professores a melhor compreenderem os objetivos reais da educação e o papel especial da escola na consecução dos mesmos.

* Auxiliar os professores a melhor compreenderem os problemas e necessidades dos jovens educandos e atender, na medida do possível, a tais necessidades.